

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 227, DE 2004

Altera os artigos 37, 40, 144, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências.

EMENDA N.º , DE 2004 (Do Senhor Arnaldo Faria de Sá e Outros)

Altera a redação da PEC 227 - A/2004, para o inciso XI, alínea b, do art. 37 da Constituição Federal e suprime as alíneas c, d e e desse inciso.

Altere-se a redação da PEC 227-A/2004, para o inciso XI, alínea b, do art. 37 da Constituição Federal, na forma a seguir e suprimir, em consequência, as alíneas c, d e e desse inciso:

"Art. 37 -

.....

XI -

b) - de qualquer dos Poderes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e do Ministério Público dos Estados exceder o subsídio mensal em espécie, dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça dos Estados, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal do Supremo Tribunal Federal."

JUSTIFICATIVA

Essa PEC estabelece, no art. 37, inciso XI, alínea a, um único teto salarial para os três Poderes da União, contemplando a isonomia entre eles.

Porém, nas alíneas b, c, d e e do mesmo inciso permite a fixação de teto inferior ao do Poder Judiciário dos Estados para os servidores e pensionistas do Poder Legislativo e do Poder Executivo dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, ressaltando, nesses dois Poderes, unicamente os das carreiras jurídicas (Procuradores, Advogados e Defensores Públicos, para os quais aplica o teto do Poder Judiciário dos Estados).

Essa discriminação aos que não pertencem ao Poder Judiciário dos Estados e Municípios, nem às carreiras jurídicas dos outros Poderes e inaceitável por ser injusta e inconstitucional. De fato ela colide frontalmente com o art. 37, inciso XII da Constituição Federal:

"Art. 37 -

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo".

Tal dispositivo, ainda que constantemente desobedecido pelos Governos, tem a clara intenção de impedir que a desvalorização salarial das carreiras do Poder Executivo prejudique a qualidade do serviço público (principalmente o das CARREIRAS ESSENCIAIS DE ESTADO: EDUCAÇÃO E SAÚDE) deixando de atrair os mais capazes, os mais qualificados.

Esta emenda visa elidir a injustiça e a inconstitucionalidade do inciso em questão, ao fixar um único teto salarial para os três Poderes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, como é de direito e de justiça.

Sala da Comissão, em 17 de março de 2004.

Arnaldo Faria de Sá
Deputado Federal - São Paulo